

Kandir acha que credores fazem acordo

Os bancos credores internacionais não rejeitaram o principal ponto da proposta de refinanciamento da dívida externa apresentada pelo Brasil — a necessidade da estabilidade econômica do País pela capacidade de pagamento vinculada aos superávits fiscais. Por isso, as negociações entre o Governo e o Comitê Interino dos Bancos Credores não chegarão a um impasse e deverão redundar num acordo. Esta previsão otimista foi feita à Agência Estado pelo secretário Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir.

Para ele, os bancos estão criticando aspectos adjetivos do plano brasileiro de renegociação, como a capitalização dos juros vencidos e a vencer e não pagamento do serviço da dívida atrasado desde junho de 1989 (mais de 8 bilhões de dólares). “Mas a capacidade de pagamento, um questão substantiva e base de nossa proposta, não foi rejeitada em nenhum momento”, observou Kandir, referindo-se a comunicado dos bancos credores entregue à missão brasileira que, há dez dias, apresentou a proposta de reescalonamento chefiada por Kandir e pelo embaixador extraordinário da Dívida Externa, Jório Dauster.

No comunicado dos bancos, que vazou para a imprensa, em Nova Iorque, na quarta-feira, os credores repudiaram vários pontos do plano de renegociação elaborado pelo Brasil. O vazamento do documento causou irritação à equipe de negociação brasileira, porque tal atitude rompeu um acordo celebrado com o Comitê Interino, pelo qual nenhuma parte divulgaria detalhes da proposta ou qualquer documento sobre ela, através da imprensa.

Kandir disse que não esperava o rompimento do acordo, contudo, observou que as negociações não serão prejudicadas por causa disso. Para o secretário



Para Kandir plano é ousado

rio, o vazamento de informações e as contínuas declarações de banqueiros, contra o plano de refinanciamento — sem se identificarem — fazem parte do “jogo de cena” da negociação.

OUSADIA

O secretário não quer fazer uma previsão de quando as negociações terão início efetivamente, já que há dez dias a missão brasileira apresentou, em Nova Iorque, apenas as linhas gerais do plano de refinanciamento. Detalhes da proposta e do esforço de estabilização da economia promovido pelo governo Collor serão levantados a partir de amanhã, pela subcomissão econômica do Comitê dos Bancos Credores. O grupo de sete técnicos deverá permanecer uma semana em Brasília e será chefiado pelo economista Lawrence Brainard, do Bankers Trust.

O Brasil apresentou um proposta ousada e Kandir admite que este fato é um dado que deve complicar as negociações. Observa que o conceito de limi-

tar as remessas aos bancos credores (relativas a uma dívida de 51 bilhões de dólares do setor público) ao tamanho do superávit fiscal do Governo (receitas menos despesas) já era um item da plataforma da campanha eleitoral do presidente Collor.

AJUSTE FISCAL

Segundo Kandir, os bancos credores não esperavam que o Brasil teria a “coerência e coragem” de seguir os princípios anunciados há quase um ano. Informou que até alguns integrantes da própria missão brasileira, veteranos em negociação da dívida, pertencentes ao Banco Central, não esperavam esta atitude. “Alguns técnicos da missão vieram me cumprimentar e dizer que estavam orgulhosos de defender uma proposta coerente e absolutamente ligada à realidade”, revelou o secretário, a respeito da reação dos técnicos ao término de sua explanação de mais de três horas, aos representantes dos bancos em Nova Iorque, sobre o ajuste que o Governo Collor está realizando na economia.

Kandir observou que os representantes dos bancos credores estavam esperando uma proposta clássica como as apresentadas pelo Brasil nos últimos anos. Por este modelo, a missão técnica pediria um redução da dívida (principal e juros) e concordaria em retomar imediatamente o pagamento de altas cifras. “Aí assinávamos um acordo e ambas as partes levantariam da mesa sabendo que dentro de pouco tempo o Brasil suspenderia os pagamentos por incapacidade financeira”, conjecturou Kandir.

A atual negociação da dívida junto aos bancos internacionais envolve mais do que nunca, segundo Kandir, a participação dos contribuintes do Brasil e dos Estados Unidos, país que concentra o maior número de bancos credores do Brasil e que também estão com maiores dificuldades. De um lado, o governo brasileiro não tem mais espaço para promover um ajuste fiscal (corte de despesas e, especialmente, aumento de impostos), explica Kandir. (A.E.)